

PROCESSO: 13535/2006

INTERESSADO: Usina Bela Vista S/A

ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para ampliação do parque industrial e expansão de áreas agrícolas para incremento da produção de açúcar, etanol e energia elétrica.

MUNICÍPIO: Pontal

1.INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 287/12/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da Ampliação Industrial e Expansão das Áreas de Plantio de Cana-de-Açúcar da Usina Açucareira Bela Vista S/A, localizada no município de Pontal.

2.DESCRICÃO DO EMPREENDIMENTO

O parque industrial está localizado no imóvel denominado Fazenda Bela Vista, com área de 86,9259 ha, em zona rural do município de Pontal, com acesso pela Rodovia Paulo de Castro Prado, coordenadas geográficas 7681,54 N e 803,45 E, inserido na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 04 (Pardo).

O empreendimento tem como objetivo aumentar a capacidade de moagem de 1.067.200 t/safra para 3.000.000 t/safra, com produção de açúcar de 73.406 t/safra para 206.198 t/safra, produção de etanol de 46.033 m³/safra para 129.307 m³/safra e cogeração de energia elétrica de 15,8 MW para 34,0 MW. A área abrangida pelo empreendimento compreende os municípios de Barretos, Jaborandi, Morro Agudo, Pontal e Viradouro.

Segundo a Resolução Conjunta SMA-SAA nº 4/2008 que dispõe sobre o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, o parque industrial da usina está localizado em área classificada como *Adequada com Limitações Ambientais* e as áreas agrícolas em áreas classificadas como *Adequadas*, *Adequadas com Limitações Ambientais*, e *Adequadas com Restrições Ambientais*. As áreas agrícolas necessárias para produção da matéria-prima serão de parcerias e fornecedores, totalizando 42.925 ha.

O investimento total previsto para as obras de ampliação do empreendimento é de aproximadamente R\$ 293.616.570,00 sendo R\$ 175.053.000,00 destinados à ampliação industrial e R\$ 118.563.570,00 à expansão agrícola.

3.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Atendimento aos Aspectos Legais

Foram apresentadas as manifestações das Prefeituras Municipais atendendo o definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97. Foram apresentadas Portaria e Despacho do DAEE autorizando a captação superficial e subterrânea de água conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/05. Para LI deverá ser apresentada outorgas de interferências (travessia, barramento e lançamento) em recursos hídricos pelo DAEE. Deverá ser cumprida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas de expansão agrícola; também deverá ser implementada brigadas de combate a incêndios. Para renovação da LO deverá ser apresentado Plano de Adequação para áreas agrícolas atuais localizadas em *Áreas Inadequadas* do zoneamento agroambiental.

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada, foram mencionados como aspectos negativos a poluição, as queimadas e migração de trabalhadores de outras regiões. Para a LI, deverá ser apresentado relatório do Plano de Comunicação e Participação Social, contemplando esclarecimento à população sobre os problemas apontados na Pesquisa de Percepção Ambiental.

•Impactos Gerados no Canteiro de Obras e Frentes de Trabalho

A ampliação industrial será realizada com reduzida movimentação de solo. Para a LI, deverá ser apresentado o Programa de Gestão Ambiental e de Controle das Obras, contemplando o Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de acordo com as Resoluções CONAMA 307/02 e 384/04. Para a emissão da LO deverá ser apresentado relatório de execução do referido Programa, demonstrando a recuperação das áreas afetadas pelas obras do parque industrial e acessos, instalação de sistema de drenagem de águas pluviais e revegetação de áreas com solo exposto.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Após a ampliação, está prevista para a operação do empreendimento uma demanda de 4.647 funcionários durante a safra e 3.001 durante a entressafra, havendo pequeno aumento geral de funcionários em relação à situação atual.

Para mitigar impactos gerados pela atratividade de funcionários vindos de outras regiões, o empreendedor deverá implantar Plano de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para priorizar a contratação da mão de obra da região. Para LO deverá ser apresentado relatório de execução desse Programa.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Para minimizar eventuais impactos da mão de obra do empreendimento sobre a infraestrutura municipal como saúde e educação será priorizada a contratação de mão de obra local. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal em parceria com as Prefeituras Municipais e na LO comprovar execução das atividades.

•Aumento do Tráfego de Veículos

São realizadas cerca de 170 viagens/dia para o transporte de trabalhadores, produtos acabados, matéria-prima, subprodutos, dentre outros, e com a ampliação do empreendimento, estima-se um aumento do fluxo de veículos para 191 viagens diárias.

Para mitigação dos impactos decorrentes do tráfego de veículos sobre o sistema viário, deverá ser apresentado Programa de Controle de Tráfego e Conservação das Estradas contemplando ações como sinalização preventiva, cursos e treinamentos para a requalificação de motoristas. Também deverão ser estabelecidas parcerias da usina com as Prefeituras para manutenção e melhoria do sistema viário.

•Alterações no Uso e Ocupação do Solo

A expansão agrícola para o suprimento da matéria-prima dar-se-á principalmente pela incorporação de novos fornecedores e plantadores de cana da AID e em pequena proporção, de outras culturas agrícolas ou ocupadas pela pecuária através de parcerias, devendo ser adotadas as boas práticas agrícolas pela usina, com ênfase na rotação de culturas, conservação da fertilidade do solo.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O relatório do Programa de Prospecções Arqueológicas apontou um patrimônio arqueológico considerável, indicando a presença de 17 sítios arqueológicos cerâmicos e lito-cerâmicos e 33 ocorrências arqueológicas diversas. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado relatório do Programa de Resgate Arqueológico dos sítios arqueológicos e das ocorrências registradas no âmbito de um Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

De acordo com a caracterização da vegetação apresentada no EIA, os fragmentos de vegetação nativa na AID se encontram degradados e isolados, no entanto, conservam ainda espécies da flora ameaçadas de extinção.

As áreas agrícolas se localizam em região de baixa, média, e em menor escala de alta prioridade para o estabelecimento da conectividade (Projeto Biota-Fapesp), e ocorrem cultivos em *Áreas Adequadas com Restrição Ambiental*, conforme Zoneamento Ambiental para o Setor Sucroalcooleiro. Desta forma, será necessária a adoção de Programa de Implantação de Corredores Ecológicos para conectar fragmentos de vegetação nativa isolados na paisagem e desconectados de APPs, além da implantação do Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente em áreas próprias.

•**Impactos sobre Unidades de Conservação**

As áreas agrícolas atuais e futuras do empreendimento não se situam próximas às unidades de conservação, não havendo, portanto restrições quanto a esse aspecto.

•**Impactos sobre Comunidades Faunísticas**

Foram identificadas 23 espécies da fauna ameaçadas de extinção na AID. A ocupação do solo, com aumento das atividades operacionais no campo e da circulação de trabalhadores rurais e de veículos e máquinas poderá promover alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar o Plano de Monitoramento Sazonal da Fauna, detalhado, e apresentar um Programa de Capacitação para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais visando minimizar impactos, tais como atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais; também deverão ser implantados aceiros no entorno de remanescentes florestais para favorecer a preservação de habitats e o deslocamento da fauna.

•**Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica**

A demanda hídrica industrial de 410,00 m³/h será suprida por meio de captação superficial outorgada de 1.600 m³/h no Rio Pardo e de 78 m³/h de captação subterrânea no Aquífero Botucatu/Pirambóia. De acordo o EIA, o consumo específico de água será de 0,76 m³/t de cana processada, taxa dentro do limite de 1 m³/t de cana estabelecido pela Resolução SMA 88/08 para áreas classificadas como *Adequadas com Limitações Ambientais*. Para acompanhamento das medidas ambientais previstas deverá ser apresentado Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, cujos relatórios deverão ser apresentados anualmente durante a operação do empreendimento.

•**Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira**

As caldeiras já se encontram parcialmente licenciadas e o empreendedor deverá realizar amostragens em chaminés e comprovar o atendimento relativo aos limites de emissões das caldeiras de 100 t/h, 150 t/h e 200 t/h de vapor. Caso as emissões ultrapassem os valores dos padrões previstos de material particulado e de óxidos de nitrogênio na Resolução CONAMA nº 03/90, a empresa deverá promover sua adequação.

•**Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar**

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas deverá ser apresentado um Programa de Conservação do Solo que contemple práticas de caráter mecânico e de manejo agrícola. Para a LI deverão ser apresentados Programas de manutenção de estradas e carreadores e o monitoramento de processos erosivos contemplando técnicas e cronograma para identificação, remediação e monitoramento de áreas com processos erosivos eventualmente já instalados na AID. Para a LO, deverão ser comprovadas as ações realizadas no âmbito do Programa de Conservação do Solo e de Monitoramento de Processos Erosivos.

•**Geração de Resíduos Sólidos**

Na fase de operação, o resíduo sólido de maior representatividade será o bagaço da cana de açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, o

empreendedor deverá apresentar um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, e para a LO, a comprovação das ações e implementação do Programa.

•Geração de Efluentes Líquidos

Os efluentes domésticos gerados serão encaminhados para fossa séptica com capacidade para atender o volume estimado de 31,50 m³/dia. Quanto à geração de águas residuárias estima-se uma redução para 136.080 m³/safra, e aumento da geração de vinhaça para 1.576.899 m³/safra. A vinhaça juntamente com as águas residuárias será aplicada na lavoura. Para a LI deverá ser apresentado o sistema de coleta e tratamento dos efluentes líquidos provenientes do parque industrial.

•Risco de Acidentes Devido ao Armazenamento de Combustíveis

O empreendimento armazenará etanol em nove tanques com 37.600 m³ de capacidade cada e dois tanques de 20.000 m³ cada, totalizando 378.400 m³. O etanol, classificado como líquido inflamável, é uma substância de interesse, porém a usina situa-se distante de núcleos urbanos, sendo suficiente para a LO a comprovação da implantação de um Programa de Gerenciamento de Risco.

Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana de Açúcar

Conforme o Mapa de Vulnerabilidade do Aquífero, a maioria das áreas agrícolas situa-se em áreas de Baixa, Média, e de Alta vulnerabilidade com menor incidência. Para a LI deverá ser apresentada caracterização hidrogeológica das áreas agrícolas objeto de aplicação de vinhaça com alta vulnerabilidade do aquífero, assim como Plano de Manejo adequado às exigências expressas na Norma Técnica CETESB P4.231/06 e Resoluções SMA 88/08 e 14/10.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

Segundo o EIA a usina adota ações de controle biológico de pragas, práticas culturais como a rotação de culturas e técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxicos. Para a LI, a usina deverá apresentar Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos. Para a LO deverá comprovar o atendimento à legislação vigente quanto ao uso, transporte e armazenamento de defensivos agrícolas e destinação final de embalagens vazias.

4.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta de compensação ambiental do EIA deverá ser analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser apresentado o comprovante do depósito bancário para atendimento à Lei Federal nº. 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4340/02 e alterada pelo Decreto Federal 6848/09. Durante a implantação deverá ser apresentado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória, conforme estabelecido na Resolução SMA nº 24/2012.

5.CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 287/12/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da Ampliação Industrial e Agrícola da Usina Bela Vista, localizada no município de Pontal.

São Paulo, 06 de julho de 2012.

Ana Cristina Pasini da Costa
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora